



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
Travessa Antônio Baena, nº 1113. Bairro do Marco. Belém-PA - CEP 66.093-082  
Telefone: 91 4008-5440 - <http://www.sudam.gov.br>

### CONTRATO nº 05/2022

**CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE FORMA CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE E INFRAESTRUTURA LÓGICA E DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO BASEADOS EM PRÁTICAS ÁGEIS, ITIL V3. E DE COBIT, QUE ENTRE SI FAZEM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM E A EMPRESA THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA:**

A **SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM**, Autarquia Federal criada pela Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e regulamentada pelo Decreto nº 6.218, de 04.10.2007, sediada na Tv. Antônio Baena, nº1113, CEP 66093-082 na Cidade de Belém, Bairro do Marco, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 09.203.665.0001-77, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor de Administração, Sr. **ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS**, CPF/MF nº 981.055.077-49, nomeado para o exercício do cargo de Diretor de Administração desta Superintendência por meio da Portaria nº 1721, de 18 de junho de 2020, publicado no DOU nº 116, de 19 de junho de 2020, seção 2, Pág. 12, domiciliado à na Tv. Antônio Baena, nº 1113, CEP 66093-082, Bairro do Marco, Estado do Pará, Bloco “C”. 7º andar, Bairro Marco e de outro lado a empresa **THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.757.593/0001-99, com sede na Av. Castanheiras Lote 920, Bloco A Sala 112, Aguas Claras / DF, CEP: 71900-100, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Janaina Naiara Horozino Ferrari**, portador da CI nº 06546480236 e do CPF/MF nº 020.926.951-11, residente/domiciliado na SHVP Rua 03 Chac 82, Vicente Pires/ DF, CEP: 72.110-800, resolvem firmar o presente instrumento contratual, com sujeição à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; ao Decreto nº 3.555, de 08/08/2000; ao [Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019](#); ao Decreto nº 8.538/15; à Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei complementar nº 147/2014; à IN/MDICE nº 103, de 30/04/2007, à IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, à IN SLTI/MPOG nº 05/2017 e alterações ocorridas, à Instrução Normativa nº 02, de 16/09/2009, à Instrução Normativa Nº 02, de 11 de Outubro de 2010, à IN nº 05/2017 e Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; naquilo que couber, ou qualquer outro que vier a lhes substituir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO E DA LICITAÇÃO

1.1. O presente Contrato, cuja lavratura decorre da autorização da Diretoria-Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, exarada no processo respectivo, é celebrado com amparo no Decreto nº 8.275, de 27 de Junho de 2014.

1.2. A contratação para a execução do serviço objeto deste Contrato foi precedida de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000; do [Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019](#), IN nº 02, de 11 de outubro de 2010, IN/MPO nº 05, de 26 de maio de 2017 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como, pelas normas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e demais legislações correlatas.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mão-de-obra especializada em desenvolvimento e manutenção de software e infraestrutura lógica e de segurança da informação baseados em práticas ágeis, ITIL v3. e de CoBIT a serem executados na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

LOTE	ITEM	PERFIL PROFISSIONAL	DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	NÍVEL PROFISSIONAL	QTD	Valor Mensal	Valor total anual
Único	1	Analista de Sistemas Pleno - Desenvolvimento	Análise e Desenvolvimento de Novos Projetos e/ou Manutenção de Projetos Pré-existentes.	PLENO	1	R\$ 14.066,65	R\$ 168.799,80
	2	Analista de Sistemas Junior - Desenvolvimento	Análise e Desenvolvimento de Novos Projetos e/ou Manutenção de Projetos Pré-existentes	JUNIOR	1	R\$ 9.456,78	R\$ 113.481,36
	3	Analista de Sistemas Pleno - Infraestrutura	Apoio a Gestão, Operação e Sustentação de Infraestrutura de TIC	SENIOR	1	R\$ 12.499,41	R\$ 149.992,92
	4	Técnico em informática - Suporte e Manutenção	Manutenção de equipamentos de informática e suporte ao usuário	N/A	1	R\$ 4.383,81	R\$ 52.605,72
					<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 484.879,80</b>	

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1. Este instrumento de Contrato e seus Anexos guardam inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2021 e da proposta da contratada que compõem às folhas.0418970 do processo nº 590004.001232/2021-21, sendo dele parte integrante e inseparável, como se aqui estivessem integralmente transcritos.

### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA por força deste instrumento, e em submissão às condições estabelecidas no Termo de Referência, obriga-se a prestar com zelo e eficiência os serviços de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital, atendidas as normas previstas na IN nº 05/2017 – SLTI, parte integrante deste contrato.

### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 533013/53202

Fonte: 0150191620 - Recursos Próprios

PTRES: 174439

Elemento de Despesa: 339037

PI: 21CTI

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A CONTRATADA deverá zelar pelo fiel cumprimento das atribuições descritas no item 16.2 do Termo de referência parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Além das obrigações decorrentes da observância da legislação pertinente, são obrigações da Contratante as contidas no item 16.1 do Termo de Referência, parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. O valor do contrato global para 12 meses é de R\$ **R\$ 484.879,80** (Quatrocentos e Oitenta e Quatro Mil Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta centavos) tendo sido para tal fim emitida a Nota de Empenho nº2022NE00065.

8.2. As condições de pagamento são aquelas dispostas no item 21.3 do Anexo I do Edital – Termo de Referência, como se aqui transcritas estivessem.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

9.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, com início na data de **20/06/2022** e encerramento em **20/06/2023**, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos nos itens 21.3.1.3 e 21.3.1.4 e a fiscalização conforme item 20 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. São aquelas dispostas no item 21 do Anexo I do Edital – Termo de Referência, como se aqui transcritas estivessem.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

12.1. Poderá este Contrato ser objeto de alteração, ante circunstâncias de fatos supervenientes, consoante disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, observadas as

formalidades legais e mediante assinatura de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

13.1. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de serviço, dentro do limite admitido no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

14.1. São motivos para rescisão de maneira automática critério da CONTRATANTE, independente de interpelação judicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) Descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das obrigações contratuais, especificações ou prazos, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na Lei nº 8.666/93;
- b) Não permitir ou impedir o livre acesso do pessoal credenciado pela CONTRATANTE para exercer a fiscalização dos serviços, bem como o desatendimento de suas determinações regulares;
- c) por determinação superior, visando disciplinar a Administração Federal.

14.2. A Sudam poderá ainda rescindir de pleno direito o contrato que vier a ser assinado em decorrência desta licitação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa quando ocorrerem quaisquer das situações descritas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, ou quando:

- a) Vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- b) Quebrar o sigilo profissional;
- c) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e as quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as condições estabelecidas pela Sudam; e
- d) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize

14.3. Reserva-se ainda à CONTRATANTE o direito de rescindir o presente Contrato, no todo ou em parte, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato, mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

14.4. Convindo às partes, poderá este Contrato ser rescindido por mútuo acordo, sempre que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE;

14.5. Qualquer que seja a hipótese de rescisão fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas dela decorrentes;

14.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

14.7. Aplicam-se, ainda, as disposições dos arts. 77 a 80, combinados com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93, no caso de inexecução e rescisão do presente Contrato, como se neste instrumento transcritas fossem;

14.8. Resguarda-se o direito à Administração, de a qualquer tempo rescindir este contrato, desde que devidamente justificada a conveniência administrativa, na forma em lei permitida.

14.9. Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

15.1. Tal como prescrito na Lei, a Contratante e a Contratada não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

16.1. As condições para prorrogação contratual são aquelas dispostas no item 24.2 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, como se aqui transcrita estivessem.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO**

17.1. As condições para reajuste contratual são aquelas dispostas no item 25 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, como se aqui transcrita estivessem.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. O presente Contrato será publicado no D.O.U., até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, correndo a respectiva despesa por conta da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir qualquer pendência com relação ao cumprimento deste Contrato.

19.2. E, por assim estarem de acordo, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS REGRAS VIGENTES**

20.1. Para fins de regramento deste processo licitatório a Administração informa que seguirá a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 1.024/2019, em razão de que a nova Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133, de 1/04/2021 - ainda não está operacional e que o novo diploma legal estabeleceu o prazo de dois anos para vigência dos diplomas legais revogados.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO**

21.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no item 30 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1. A Administração da Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

**Subcláusula primeira:** Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, a Contratante poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**Subcláusula segunda:** Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

**Subcláusula terceira:** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**Subcláusula quarta:** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

**Subcláusula quinta:** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

**Subcláusula sexta:** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente aplicável à espécie.

**Subcláusula sétima:** O contratado é obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Belém, de maio de 2022.

---

**ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS**  
Representante da SUDAM

---

**JANAINA NAIARA HOROZINO FERRARI**  
Representante da THS TECNOLOGIA

Testemunha

WALTER DELCINEY SILVA DOS SANTOS

CPF: 330.391.512-15

Testemunha

MARCOS RODRIGUES DE ALMEIDA

CPF: 317.980.712-15



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rodrigues de Almeida, Testemunha**, em 24/05/2022, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Walter Delciney Silva dos Santos, Testemunha**, em 24/05/2022, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rogério Matos dos Santos, Diretor**, em 24/05/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de



8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Naiara Horozino Ferrari, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0429690** e o código CRC **96B4C8B9**.

Referência: Processo nº 59004.001232/2021-21

SEI nº 0429690